

ENERGISA GERAÇÃO USINA
MAURÍCIO S/A

RESULTADOS
2025



ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 19 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	191.964	158.711
Aplicação no Mercado Aberto	4.2	2.869.490	1.121.283
Clientes	5	52.868	112.815
Tributos a recuperar	6	122.778	124.902
Despesas antecipadas		347	322
Outros Créditos		1.917	-
Total do circulante		3.239.364	1.518.033
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	56.147	38.912
Imobilizado	8	4.630.642	4.857.950
Total do não circulante		4.686.789	4.896.862
Total do ativo		7.926.153	6.414.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	127.544	94.446
Impostos e contribuições sociais	10	39.610	57.929
Obrigações estimadas		13.460	12.072
Dividendos a pagar	11.3	-	-
Outras contas a pagar		18.354	8.026
Total do circulante		198.968	172.473
Não circulante			
Outras contas a pagar		1.000	999
Total do não circulante		1.000	999
Capital social	11.1	6.783.927	6.783.927
Reservas de lucros	11.2 e 11.3	942.258	92.616
Prejuízo Acumulados	16	-	(635.120)
Total patrimônio líquido		7.726.185	6.241.423
Total do passivo e patrimônio líquido		7.926.153	6.414.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	12	2.876.294	1.411.251
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	13	(1.064.426)	(1.575.833)
Lucro bruto		1.811.868	(164.582)
Despesas gerais e administrativas	13	(478.475)	(525.860)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		1.333.393	(690.442)
Receitas financeiras	14	277.138	176.006
Despesas financeiras	14	(8.033)	(14.709)
Receitas financeiras líquidas		269.105	161.297
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.602.498	(529.145)
Imposto de renda e contribuição social	15	(117.736)	(105.975)
Lucros (prejuízo) líquido do exercício		1.484.762	(635.120)
Lucro básico e diluído por ação ordinária	16	0,22	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Lucros (prejuízo) líquido do exercício	16	1.484.762	(635.120)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		1.484.762	(635.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Valores expressos em reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	6.783.927	92.616	-	291.583	-	7.168.126
Pagamento dividendos adicionais propostos	-	-	-	(291.583)	-	(291.583)
Prejuízo do exercício do exercício	16	-	-	-	(635.120)	(635.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.783.927	92.616	-	-	(635.120)	6.241.423
Lucro do exercício	16	-	-	-	1.484.762	1.484.762
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						-
Reserva legal	11.2	-	42.482	-	(42.482)	-
Reserva retenção de lucros	11.3	-	-	807.160	(807.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.783.927	135.098	807.160	-	-	7.726.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Venda de energia elétrica	12	2.985.256	1.464.713
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	13	414.272	654.911
Materiais e serviços de terceiros	13	674.650	1.150.700
Outros custos operacionais	13	63.173	29.469
		1.152.095	1.835.080
Valor adicionado bruto		1.833.161	(370.367)
Depreciação	13	(227.308)	(227.644)
Valor adicionado líquido		1.605.853	(598.011)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	277.138	176.006
		277.138	176.006
Valor adicionado total a distribuir		1.882.991	(422.005)
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		106.769	24.603
Benefícios		20.908	2.227
FGTS		7.344	1.002
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		253.137	163.574
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	8.033	14.709
Aluguéis		2.038	7.000
Remuneração de capitais próprios			
Absorção de prejuízos			
Prejuízos acumulados		1.484.762	(635.120)
		1.882.991	(422.005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA GERAÇÃO USINA MAURÍCIO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucros (prejuízo) líquido do exercício	16	1.484.762	(635.120)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15	117.736	105.975
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	14	(273.700)	(167.883)
Depreciação e amortização	13	227.308	227.644
Variações nas contas do ativo circulante			
(Aumento) de tributos a recuperar		(15.111)	(46.401)
(Aumento) diminuição de Títulos de créditos a receber		59.947	(112.815)
(Aumento) de outros créditos a receber		(1.917)	-
Variações nas contas do passivo circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		33.098	20.571
Aumento de obrigações estimadas		1.388	12.072
Imposto de renda e contribuição social pagos		(106)	87.833
Aumento de outras contas a pagar		10.329	7.292
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.507.760	(686.492)
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(1.474.507)	1.158.352
Aplicações no imobilizado	8	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(1.474.507)	1.158.352
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		-	(388.777)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		-	(388.777)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		33.253	83.083
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.1	158.711	75.628
Caixa e equivalentes de caixa finais	4.1	191.964	158.711
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		33.253	83.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Energisa Geração Usina Mauricio S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa Geração Usina Mauricio S/A, (“Companhia”), integrante do **Grupo Energisa**, é uma sociedade anônima de capital fechado, produtor independente de energia elétrica, que tem por objetivo atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais.

A Companhia é detentora de CGH e PCH, conforme segue:

(i) CGH Hans, localizada no município de Nova Friburgo – Rio de Janeiro, com capacidade de produção anual de 294/KW. A CGH Hans teve sua transferência homologada pelo Ofício ANEEL nº 682/2012- SCG/ANEEL, encontra-se implantada e com os respectivos contratos de conexão, uso e comercialização assinados e aderentes às normas regulatórias e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

(ii) Pequena Central Hidrelétrica Rio Vermelho, instalada no município de Vilhena – RO, no KM 27, com uma capacidade de potência instalada de 2.560 kW, adquirida em 05 de maio de 2019, através do contrato de compra e venda de ativos firmado com a Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A; e

(iii) Usina Mauricio, com 1.280 KW de potência instalada localizada no município de Leopoldina.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Imobilizado;
- II. Nota explicativa nº 12 - Receita Operacional;
- III. Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado de recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de “hedge” em um “hedge” efetivo, conforme apropriado;

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Energisa que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado;

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado;

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- c) **Clientes** - referem-se as faturas de venda de energia, sendo reconhecidos quando da realização dos serviços e valores faturados. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;
- d) **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº8). Os investimentos classificados como imobilizados em curso são essencialmente relacionados a obras que estão em andamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº8);

Redução a valor recuperável –

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas;
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- e) **Imposto de renda e contribuição social** - a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 8% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 12% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da

- f) **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso;

- g) **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;
- h) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalente de caixa, aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	191.964	158.711
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	191.964	158.711

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.799	21.236
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.522	836
Operações compromissadas	215.808	205.464
Fundo Multimercado	317.520	50.889
Fundo de Renda Fixa	1.520.700	556.492
Letra Financeira (LFT)	352.031	119.119
Letra Financeira (LF)	336.928	125.233
Nota de Crédito (NC)	4.089	2.703
Letra Financeira (LFNP)	54.336	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	64.757	39.311
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	2.869.490	1.121.283

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5 Clientes

	2025	2024
Contas a receber com partes relacionadas	48.393	112.815
Suprimento Energia	4.475	-
Total - circulante	52.868	112.815

6 Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS ⁽¹⁾	21.858	21.027
Imposto de Renda da Pessoas Jurídicas - IRPJ	131.485	131.347
INSS a recuperar	-	9.558
Outros	25.582	1.882
Total	178.925	163.814
Total - circulante	122.778	124.902
Total - não circulante	56.147	38.912

⁽¹⁾ Trata-se de ICMS referente recolhimento antecipado de DIFAL.

7 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Compra/venda de Energia	Serviços contratados	Saldo a pagar/receber
Energisa S/A ⁽¹⁾	-	(51.203)	(9.246)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ^(2 e 3)	377.019	(54.374)	(5.069)
Energisa Soluções S/A ⁽⁴⁾	-	(58.785)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A ⁽²⁾	141.033	-	48.393
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A ⁽²⁾	65.263	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ⁽²⁾	(339.582)	-	-
2025	243.733	(164.362)	34.078
2024	895.711	(586.252)	96.499

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. O contrato de compartilhamento foi firmado em 01 de julho de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

⁽²⁾ Refere-se ao volume de energia adquirido e cedido;

⁽³⁾ Serviços de representação perante a CCEE;

⁽⁴⁾ Referem-se a serviços de manutenção e operação das Usinas subestações, engenharia e de projetos. Os contratos possuem vigência entre 30 e 60 meses, com atualização anual, com base na variação do INPC.

8 Imobilizado

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Amortização/ Depreciação	Saldos em 2025
Em Serviço				
Terrenos		6.251	-	6.251
Reservatório, barragens e adutoras	2,93%	2.564.905	-	2.564.905
Edificações e benfeitorias	3,09%	1.213.202	-	1.213.202
Máquinas e equipamentos	4,07%	2.388.151	-	2.388.151
Veículos	14,29%	128.991	-	128.991
Móveis e utensílios	6,25%	3.498	-	3.498
Total em Serviço		6.304.998	-	6.304.998
Depreciação acumulada				
Reservatório, barragens e adutoras		(548.082)	(74.921)	(623.003)
Edificações e benfeitorias		(178.272)	(36.960)	(215.232)
Máquinas e equipamentos		(890.978)	(96.807)	(987.785)
Veículos		(89.091)	(18.433)	(107.524)
Móveis e utensílios		(2.555)	(187)	(2.742)
Total Depreciação acumulada		(1.708.978)	(227.308)	(1.936.286)
Total Imobilizado em serviço		4.596.020	(227.308)	4.368.712
Em Curso		261.930	-	261.930
Total do Imobilizado		4.857.950	(227.308)	4.630.642

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Amortização/ Depreciação	Saldos em 2024
Em Serviço				
Terrenos		6.251	-	6.251
Reservatório, barragens e adutoras	2,93%	2.564.905	-	2.564.905
Edificações e benfeitorias	3,09%	1.213.202	-	1.213.202
Máquinas e equipamentos	4,22%	2.388.151	-	2.388.151
Veículos	14,29%	128.991	-	128.991
Móveis e utensílios	6,25%	3.498	-	3.498
Total em Serviço		6.304.998	-	6.304.998
Depreciação acumulada				
Reservatório, barragens e adutoras		(473.160)	(74.922)	(548.082)
Edificações e benfeitorias		(141.312)	(36.960)	(178.272)
Máquinas e equipamentos		(793.863)	(97.115)	(890.978)
Veículos		(70.658)	(18.433)	(89.091)
Móveis e utensílios		(2.341)	(214)	(2.555)
Total Depreciação acumulada		(1.481.334)	(227.644)	(1.708.978)
Total Imobilizado em serviço		4.823.664	(227.644)	4.596.020
Em Curso		261.930	-	261.930
Total do Imobilizado		5.085.594	(227.644)	4.857.950

9 Fornecedores

	2025	2024
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17	9.275
Uso do sistema	-	2.085
Materiais ⁽¹⁾	2.541	51.500
Serviços ⁽¹⁾	124.986	31.586
Total - circulante	127.544	94.446

(1) As aquisições de materiais e serviços possuem prazo médio de liquidação de 30 dias

10 Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto sobre Serviços - ISS	11.001	11.440
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	46	6.649
Encargos Sociais	3.803	4.518
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	125	18.143
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	14.019	9.909
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	641	505
Contribuições ao PIS e à COFINS	9.130	4.195
Outros	845	2.570
Total - circulante	39.610	57.929

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado por acionistas e residentes no país é de R\$6.783.927 (R\$6.783.927 em 2024) e está representado por 6.783.927 (6.783.927 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal.

11.2 Reserva de lucro - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram absorvidos o montante de R\$635.120 de prejuízos acumulados, sendo destinado o valor de R\$42.482 para a reserva legal.

11.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$807.160. Os valores foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

12 Receita operacional

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Venda de energia elétrica	2.985.256	1.464.713
Total da receita operacional bruta	2.985.256	1.464.713
Deduções à receita operacional		
PIS	(19.404)	(9.521)
COFINS	(89.558)	(43.941)
Total das deduções à receita operacional	(108.962)	(53.462)
Receita operacional líquida	2.876.294	1.411.251

13 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custo do serviço		Despesas operacionais Gerais e administrativas	Total	
	Com energia elétrica	De operação		2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	47.284	-	-	47.284	348.491
Encargo de uso-sistema	366.988	-	-	366.988	306.420
Pessoal e administradores	-	161.460	-	161.460	31.968
Material	-	29.101	17.265	46.366	100.996
Serviços de terceiros	-	208.584	419.700	628.284	1.049.704
Depreciação e amortização	-	208.772	18.536	227.308	227.644
Outras	-	42.237	22.974	65.211	36.470
	414.272	650.154	478.475	1.542.901	2.101.693

14 Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	273.700	167.883
Juros recebidos/Selic	3.252	8.123
Outras receitas financeiras	186	-
Total receitas	277.138	176.006
Despesas Bancárias	(2.366)	(1.461)
Juros/multa	(3.009)	(13.267)
Outras despesas financeiras	(2.658)	19
Total - despesas	(8.033)	(14.709)
Receitas financeiras líquidas	269.105	161.297

15 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme demonstração seguinte:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	2.972.809	2.972.809	1.464.713	1.464.713
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	237.825	356.737	117.177	175.766
Receita sobre aplicações financeiras	98.947	98.947	241.472	241.472
Outras receitas financeiras	45.834	45.834	8.123	8.123
Base de cálculo	144.781	144.781	249.595	249.595
Base de cálculo total	382.606	501.518	366.772	425.361
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(57.391)	(45.137)	(55.016)	(38.282)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(15.208)	-	(12.677)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(72.599)	(45.137)	(67.693)	(38.282)

16 Lucro (prejuízo) por ação

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores:	1.484.762	(635.120)
Média ponderada das ações	6.786.927	6.783.927
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	0,22	(0,09)

17 Cobertura de Seguros

	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000.000/veículo	140	154
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000.000	-	28
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000.000	316	558
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	63.144	184	22
			640	762

18 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Empresa: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a receber e a pagar com partes relacionadas (nota explicativa nº 4 e 7). A Empresa entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		191.964	191.964	158.711	158.711
Clientes		52.868	52.868	112.815	112.815
		244.832	244.832	271.526	271.526
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		2.869.490	2.869.490	1.121.283	1.121.283
		2.869.490	2.869.490	1.121.283	1.121.283

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		127.544	127.544	94.446	94.446
		127.544	127.544	94.446	94.446

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

19 Informações adicionais de fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 2025 e 2024 as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

- *-

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo

Nicolas J. Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Geração

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/0-0